



ATA Nº 09/2016

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro de 2016, às 14h, na sede da associação, em Estrela/RS, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a presidência do prefeito de Westfália, Sérgio Marasca, a fim de tratar de ação dos municípios para obter os valores das multas da repatriação e da venda da folha de pagamento dos servidores ao Banrisul. Estiveram presentes os prefeitos de Westfália, Paverama, Relvado, Pouso Novo, Anta Gorda, Forquetinha, Estrela, Lajeado, Coqueiro Baixo, Roca Sales e Fazenda Vilanova; a assessora jurídica de Dois Lajeados; contador do município de Paverama; a secretária da Administração e vereadora do município de Westfália. O presidente Sérgio Marasca abriu os trabalhos saudando os presentes e colocando a pauta do encontro. Convidou para fazer parte da mesa o presidente da Cooperativa Languiru, senhor Dirceu Bayer, que foi convidado para falar sobre a situação do setor leiteiro, que está enfrentando dificuldades. Inicialmente colocou em votação a ata da assembleia anterior, a qual foi aprovada por todos os presentes. Em seguida expôs que a Famurs solicitou que as associações se manifestassem, a favor ou contra, a PEC do limite de gastos. Houve manifestações no sentido de que não é atribuição dos prefeitos votar este tipo de matéria, que cabe aos parlamentares analisar e se manifestarem. Neste sentido, por unanimidade os presentes entenderam que a associação não votaria a matéria, por não se tratar de atribuição dos prefeitos. Prosseguindo os trabalhos o presidente convidou para sua explanação o presidente da Cooperativa Languiru, senhor Dirceu Bayer, que falou sobre as dificuldades que vem enfrentando o setor leiteiro. A preocupação, conforme Bayer, já não diz respeito somente ao setor leiteiro, mas também ao de carnes. São, segundo ele, questões que perduram há muitos anos, porque o país não tem uma política agrícola. Em relação ao setor leiteiro, ele enfatizou a situação dos produtores se agravou com a importação de leite em pó, provocando a queda no preço e o endividamento de muitos produtores. “Governos de outros países protegem os produtores, o que não ocorre aqui”, lamentou. Bayer convidou os prefeitos a se engajarem no movimento que busca alternativas para o setor, e de audiência pública que será realizada no próximo dia 8 de dezembro, na Assembleia Legislativa. A proibição da importação do leite em pó, que depois é reidratado e comercializado pelas empresas, e linhas especiais de crédito aos pequenos produtores, estão entre as reivindicações. “A importação, num primeiro momento, pode ajudar a segurar a inflação, mas o governo não pode

deixar a situação chegar neste ponto”, assinalou. Conforme Bayer, R\$ 7 milhões por



mês deixam de circular somente na Cooperativa Languiru, com a queda de R\$ 0,50 no preço do litro do leite. Agora, segundo ele, os preços estão reagindo, mas muito devagar. Entretanto, não há garantias de que o governo volte a importar. O presidente Sérgio Marasca disse que a associação vai mobilizar os municípios para buscar e lutar pelo interesse das comunidades. “A agricultura é o retorno mais imediato”, afirmou. Em seguida houve a participação do coordenador geral da Famurs, José Scorsatto, que falou sobre a mobilização para que os municípios recebam o valor da multa da repatriação e sobre a venda da folha de pagamento das prefeituras ao Barrisul. Scorsatto lembrou que os Estados ingressaram com ação, obtendo liminar para o bloqueio dos recursos até uma decisão final, e foram chamados a negociar pelo governo federal. Isto, no entanto, não ocorreu com os municípios. A Famurs, conforme o coordenador, elaborou uma minuta de ação, encaminhada a todos os municípios. “É importante que o maior número possível ingresse com esta ação”, frisou, já convidando os prefeitos a participarem de um ato no dia 30 de novembro, às 10h, na sede da Federação. Até o momento, segundo ele, pelo menos 40 municípios ingressaram na Justiça para obter os valores. O governo, conforme o coordenador geral da Famurs, não chamou os municípios para negociar, e a Famurs vai a Brasília, no dia 29, tentar uma agenda com o Ministro da Fazenda para abrir negociações em relação à multa da repatriação. No entanto, de acordo com Scorsatto, é importante que os municípios ingressem com a ação. Ele frisou que quem gerou a ação foi a União, pois na lei do FPM está claro que também a multa devem ser repassada, tanto a Estados quanto aos municípios. “Não há prazo para o ajuizamento da ação, mas recomendamos que seja o mais breve possível”, destacou. Encerradas as participações o presidente Sérgio Marasca informou que será convocada assembleia para o dia 15 de dezembro, às 14h, em Estrela, com eleição da nova diretoria, para a qual serão convidados os prefeitos eleitos. Ele agradeceu o apoio recebido dos prefeitos durante o ano de 2016 e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Sérgio Marasca,
Presidente da AMVAT**

